

A NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Marli Quadros Leite*

RESUMO: A partir da premissa de que a gramática tradicional é, sob o ponto de vista cultural e histórico, um *Instrumento lingüístico* (Auroux, 1998) importante à sociedade, tratamos de analisar *A nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). Nosso objetivo é mostrar que a gramática tradicional é, também, um lugar em que ficam registrados aspectos da história da língua, aí incluídos dados da realidade lingüística (*hiperlíngua*). O trabalho inscreve-se no quadro da historiografia lingüística e tem a finalidade de examinar um conteúdo, que, nesse caso, é o registro de aspectos da variedade brasileira do português no seio de um instrumento lingüístico.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Tradicional; Hiperlíngua; Instrumentos lingüísticos; Português do Brasil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em geral, os lingüistas não querem ouvir falar de gramática tradicional, ou normativa, como se diz comumente. A premissa é a de que ela é um manual eivado de idéias ultrapassadas e que, além disso, não representa a língua. Não discutiremos aqui a pertinência ou impertinência dessas idéias, porém, é preciso afirmar que, realmente, nenhuma língua se reduz a um conjunto de regras prescritivas e que, portanto, a gramática, sob esse ponto de vista, não é a língua, nem a língua é essa gramática.

* Universidade de São Paulo.

Conforme Leite (2006, p. 33), não obstante toda a discussão que envolveu (e envolve, ainda hoje) sua natureza, a gramática sempre foi relevante, do ponto de vista cultural e científico, por seu papel tanto no âmbito dos estudos lingüísticos quanto no do ensino. Cientificamente, é importante porque os historiadores das idéias lingüísticas se valem desse instrumento para reconstruir o conhecimento lingüístico, teórico, de épocas passadas. Também, de modo extremamente parcial, na gramática há uma *descrição de aspectos de uma variedade lingüística*, praticada por escritores e poetas, e há citações de *usos* que se chocam com esse padrão de exemplaridade e constituem os “erros” que as pessoas cometem na prática cotidiana da língua. Por isso, de certo modo, vê-se, na gramática, além da descrição da língua literária, referências a aspectos do *uso* considerado comum, coloquial, familiar, espontâneo, em dado tempo e espaço.

Auroux (1998, p. 98) explica que “*La langue est un ensemble de représentations communes aux individus*” e nós a conhecemos pelas *realizações empíricas* identificadas como *uma hiperlíngua*, uma realidade produzida em um espaço-tempo, como o francês, o português, etc.¹ Esse conjunto não fechado de uma língua empírica é passível de ser gramatizado, isto é, de ser descrito e, a partir da descrição, estabelecer-se uma base de paradigmas por meio dos *instrumentos lingüísticos* que são, conforme o autor, a *gramática* e o *dicionário*.

Esses instrumentos, assim como a escrita, explica Auroux (1992), são tecnologias desenvolvidas pelas sociedades civilizadas, letradas, e seu surgimento resultou, historicamente, de duas *causas sociais* principais: 1. a aprendizagem de uma língua estrangeira; 2. a necessidade de desenvolvimento de uma política de uma língua dada. Em relação à primeira, a aprendizagem de L2 exige do usuário a aprendizagem da L1, e a aprendizagem de uma ou outra permite que o falante possa atender a uma série de interesses práticos como: “i. acesso a uma língua de administração; ii. acesso a um *corpus* de textos sagrados;

¹ Cf. também Auroux, 1994.

iii. acesso a uma língua de cultura; iv. relações comerciais e políticas; v. viagens (expedições militares, expedições de descobrimento); vi. implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii. colonização.” Em relação à segunda, a gramatização atende à necessidade de: “viii. organizar e regular uma língua literária; ix. desenvolver uma política de expansão lingüística de uso interno ou externo.” (op. cit., p. 47).

A princípio, podemos imaginar que o mundo mudou e que essas necessidades não correspondem mais às exigências das sociedades modernas. Mas, por incrível que possa parecer, no geral, a situação não mudou tanto. A aprendizagem das línguas estrangeiras, evidentemente por motivos muito diferentes daqueles do mundo antigo e clássico, apesar do desenvolvimento dos estudos lingüísticos nessa área, ainda se vale da metalinguagem tradicional para explicar tanto a L1 como a L2. A política de línguas, também por motivos outros, é, cada vez mais, exigência das sociedades modernas. Se pensarmos na unificação europeia, por exemplo, veremos que o problema lingüístico é um dos temas de discussão constante.

Cassin (2004, p. XVII), por exemplo, abre a apresentação que redige para o *Vocabulaire européen des philosophies*, com as seguintes palavras:

L'un des problèmes les plus urgents que pose l'Europe est celui des langues. On peut envisager deux types de solution: choisir une langue dominante, dans laquelle se feront désormais les échanges – un anglo-américain mondialisé; ou bien jouer le maintien de la pluralité, en rendant manifestes à chaque fois le sens et l'intérêt des différences, seule manière de faciliter réellement la communication entre les langues et les cultures.

Esse é exatamente o problema sobre o qual está assentado o filme cujo título é *Um filme falado*, de Manuel Oliveira. Na história, Rosa Maria (Leonor Silveira), uma portuguesa, professora de história, leva a filha de sete anos, Maria Joana (Filipa de Almeida), por um cruzeiro marítimo pelo Mediterrâneo. À medida que o navio vai alcançando os diferentes lugares, a mãe vai narrando à menina todos

os eventos históricos relacionados a cada um deles. Dentro do navio, sentam-se à mesa o capitão John, um americano (John Malkovich), e três senhoras, celebridades em seus países: uma italiana (Stefania Sandrelli), outra grega (Irene Papas) e, a terceira, francesa (Catherine Deneuve). Cada pessoa fala sua própria língua, mas todos se entendem perfeitamente, uma verdadeira comunidade global, não uma babel. Apenas Rosa (a portuguesa) precisa falar inglês (língua de comunicação comum a todos), porque os demais não falam sua língua. Há muito mais sobre esse filme riquíssimo de simbologias, mas para nós interessa aqui essa representação da questão lingüística.

A Europa, sem dúvida, está envolvida em um problema que exigirá o desenvolvimento de séria política lingüística a ser, ao longo do tempo, definida. Disso se pode inferir, também, que será enorme a necessidade de os falantes aprenderem outra(s) língua(s), o que farão, evidentemente, a partir do conhecimento que têm, em maior ou menor escala, da língua materna. Inevitavelmente, pensamos, a metalinguagem tradicional será utilizada. A Lingüística, sem dúvida nenhuma, embora muito mais eficiente para dar conta do funcionamento da língua e do discurso, não é acessível “aos não-iniciados”. Mesmo os professores de língua têm conhecimentos limitados para aplicá-la irrestritamente. O que vemos, por isso, é a mistura de métodos, alguns oriundos da Lingüística Aplicada, em conexão com a terminologia tradicional.

Esses exemplos servem apenas para lembrar a importância sociocultural da gramática tradicional. É a ela que acorrem os usuários também para resolver problemas acerca de alguns usos a serem obedecidos em certas circunstâncias, especialmente de língua escrita. As gramáticas nada mais são, portanto, que artefatos técnicos, *instrumentos lingüísticos* (Auroux, 1992), que servem à sociedade. Como todo instrumento, cada gramática pode ser mais ou menos operacional, mais ou menos prática, mais ou menos eficiente, mais ou menos moderna, mais ou menos atualizada.

1. UMA GRAMÁTICA DESCRITIVA E NORMATIVA

Dentre as gramáticas tradicionais brasileiras atuais, duas são as de maior destaque: a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada em 1999, como 37ª edição da gramática do mesmo nome, publicada na década de 1961, agora completamente revista e aumentada, e a *Nova gramática do português contemporâneo*, publicada em 1985, de Celso Cunha e Lyndley Cintra, essa última de alcance amplo dentro da língua portuguesa. Aqui, examinaremos a segunda com o intuito de mostrar como a gramática normativa tem-se atualizado, se comparada às mais antigas. Primeiro, contudo, faremos um breve comentário sobre a *Moderna gramática*, para reforçar a idéia de que os gramáticos-lingüistas têm tentado aproveitar os resultados das teorias lingüísticas modernas, para renovar a antiga.

Na *Moderna gramática*, Bechara agrega fortemente a teoria lingüística. Como diz, faz uma gramática *descritiva e normativa*. Realmente, o autor resume e aplica, parcialmente, a teoria funcionalista de Eugênio Coseriu, de quem é fiel seguidor. Na introdução (p. 23-55), o autor faz a exposição da teoria; na primeira parte, trata de fonética descritiva, de fonética expressiva e de ortoépia; na segunda, o assunto é a gramática descritiva e normativa, as unidades do enunciado, com as seguintes divisões: a. formas e funções; b. estrutura das unidades: análise mórfica; c. estrutura do enunciado ou período: a oração e a frase. Depois, há um apêndice em que aparecem: 1. figuras de sintaxe; 2. vícios e anomalias de linguagem. Na terceira parte, o autor trata de pontuação; na quarta, de noções elementares de estilística; e na quinta e última, de noções elementares de versificação. Uma estrutura da gramática greco-romana enxertada de lingüística moderna, como se percebe por esse esquema.

A tentativa do autor de combinar as duas perspectivas é louvável, embora, segundo entendemos, complique a leitura do texto para o público em geral. O método escolhido é o de tratar cada parte do discurso, incorporando o que a lingüística já desmitificou em relação à teoria tradicional, mantendo o que desse não foi desconstruí-

LEITE, Marli Quadros. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*: tradição e modernidade.

do. Assim, ao tratar de preposição, por exemplo, abre um item denominado “*Preposição e sentido*”, em que diz:

Já vimos que tudo na língua é semântico, isto é, tudo tem um significado, que varia conforme o papel léxico ou puramente gramatical que as unidades lingüísticas desempenham nos grupos nominais unitários e nas orações. As preposições não fazem exceção a isto: *Nós trabalhamos com ele, e não contra ele.*

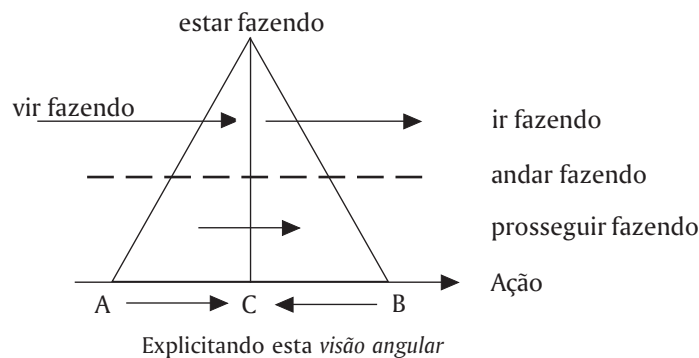
Há trechos em que o autor trabalha exclusivamente com a teoria lingüística moderna. Só para exemplificar, vejamos alguns aspectos do tratamento do verbo:

6 – Verbo

Considerações gerais – entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza no falar seu significado lexical.

Depois vem uma extensa explicação teórica, com base nos seguintes pontos: **a.** da distinção de verbos nocionais e relacionais; **b.** das categorias verbais, segundo Jakobson; **c.** das noções de tempo e aspecto, segundo Coseriu; **d.** da teoria tradicional. Para tornar mais próximo o que estamos dizendo, vejamos um trecho da explicação funcional para o tempo e aspecto, para as quais Bechara, seguindo Coseriu, descreve uma série de subcategorias, inerentes ao verbo nas línguas românicas, que são: 1. *nível de tempo*; 2. *perspectiva primária*; 3. *perspectiva secundária*; 4. *duração*; 5. *repetição*; 6. *conclusão*; 7. *resultado*; 8. *visão* (que reproduzimos abaixo); e 9. *visão comitativa* (p. 215):

Na visão parcializante, podem-se diferenciar diversas possibilidades:



Pelo esquema, vê-se a ação entre dois pontos (A,B); ambos podem coincidir em um (C), isto é, podem ser pontos de começo e término de ação, o que não se expressa na forma do verbo e deve ser dito complementarmente: *estive lendo o dia todo*. Explicita-se em português com *estar* + gerúndio (*estou fazendo*) ou *estar a* + infinito (*estou a fazer*).

Visão comitativa – Trata-se do acompanhamento da ação verbal em diversos momentos de seu curso entre A e B, e se expressa em português por *andar* + gerúndio (*ando fazendo*) ou *andar a* + infinito (*ando a fazer*).

A expressão pode ser ainda assinalada com o auxílio do adjetivo e participio, como em *andar enfermo*, *andar desesperado*.

Depois disso, Bechara passa a usar a metalinguagem tradicional para as demais categorias (pessoa, tempo, modo, voz) e é completamente tradicional na apresentação das tábuas de conjugação. Embora a obra seja muitíssimo válida, por renovar o modelo da gramática tradicional com contribuições da Lingüística, ainda é desigual e, segundo pensamos, não atende suficientemente bem nem ao lingüista nem ao leitor comum. Além disso, a desigualdade não se restringe à exploração teórica. Também o exemplário é díspar. Bechara tanto usa frases forjadas por ele (talvez até a maioria) quanto exemplos literários de escritores portugueses e brasileiros, que escreveram do século XVI ao XX: de Camões a Guimarães Rosa.² É louvável, não obstante os problemas, a coragem de autores, como Bechara, de tentar renovar a tradição, tarefa sempre difícil e árdua.

Passemos, a seguir, ao exame da obra de Cunha e Cintra.

² Para outras informações sobre a Moderna gramática portuguesa, cf. Leite (2000).

LEITE, Marli Quadros. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*: tradição e modernidade.

2. OS FUNDAMENTOS DA NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

A Nova Gramática do português contemporâneo (NGPC) foi escrita em colaboração, por Celso Cunha, brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Luís Filipe Lindley Cintra, português, da Universidade de Lisboa. Essa é, segundo julgamos, uma obra fundamental no quadro dos instrumentos lingüísticos do português, por sua proposta inovadora e ousada. Ousada porque é uma gramática tradicional que se adapta no âmbito da lingüística contrastiva, ou que pelo menos busca encontrar um código contrastivo da lusofonia. Inovadora porque, pela primeira vez, encontram-se no espaço da gramática tradicional, em confronto, as normas brasileira, portuguesa e africana do idioma.

Mais importante que tratar do plano da obra e de suas características gerais é mostrar como a *hiperlíngua*³ brasileira surge na gramática e se diferencia da variedade europeia. Não obstante isso, é preciso, primeiro, contextualizar um pouco o nosso objeto de estudo. Por isso, passaremos a comentar o objetivo, a metodologia e as teorias que os autores usaram para compor a obra.

Os autores escreveram um *prefácio* em que expuseram suas intenções: apresentar ao público uma obra que fosse útil “ao ensino da língua portuguesa em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África e em todos os países onde se estuda o Português”. Partiram da premissa, portanto, de que há, em todos os lugares em que a língua é falada “uma superior unidade, dentro de sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico”. Por isso os autores declaram que estiveram atentos às diferenças devidas ao “uso nacional e regional do idioma”, em especial as devidas às diferenças entre as variedades europeia e americana.

³ Segundo Aurox (1994; 1998), a *hiperlíngua* é a língua produzida em um espaço-tempo, por indivíduos dotados de ‘gramáticas’ não necessariamente idênticas, auxiliados por artefatos técnicos, instrumentos lingüísticos, dentre os quais a *gramática* e o *dicionário*.

O desenvolvimento da matéria é apoiado em, além da tradicional, teorias lingüísticas modernas, sem, contudo, haver, no corpo do texto, terminologia diferente da tradicional. Dentre essas teorias, podemos citar a *sociolingüística*, que suporta o tratamento das variedades diatópicas e, em certa medida, das variáveis diastráticas, pela classificação dos registros (ou falares) coloquiais, familiares, vulgares, etc.; a estruturalista que, juntamente com a tradicional, organiza o tratamento das partes do discurso; a fonética acústica e a fonologia estruturalista usadas para o desenvolvimento do capítulo de estudo dos fonemas portugueses.

Alguns capítulos iniciais são preparatórios. Os capítulos 1 e 2 são de caráter sociolingüístico e são o espaço em que os autores introduzem conceitos gerais de: *linguagem, língua, discurso, estilo* e, também, *variação, conservação lingüística, diversidade geográfica, dialetos e falares*. No capítulo três, os autores tratam do domínio atual da língua portuguesa no mundo, a partir do conceito de unidade e diversidade.

Depois vêm dois capítulos, o terceiro e o quarto, que têm alguma solidariedade. O terceiro é reservado para os assuntos de fonética e fonologia, e o quarto, para ortografia. Em seguida, seguem-se três capítulos em que se apresentam, teoricamente, os fundamentos morfosintáticos: o quinto trata de classe, estrutura e formação de palavras; o sexto, de derivação e composição; o sétimo, de frase, oração e período.

Na seqüência, vêm os capítulos de 8 a 17, em que são estudadas cada classe de palavra: 8. substantivo; 9. artigo; 10. adjetivo; 11. pronomes; 12. numerais; 13. verbo; 14. advérbio; 15. preposição; 16. conjunção; 17. interjeição. As noções teóricas sobre período e sua construção são estudadas à parte, no capítulo 18. Os autores reservaram os últimos capítulos para o estudo de figuras de sintaxe, no 19; discurso reportado (direto, indireto e indireto livre), no 20; pontuação, no 21; e, finalmente, noções de versificação, no 22.

O capítulo 5 é reservado para o estudo prévio sobre os conceitos de classe, estrutura e formação das palavras, em que os au-

tores introduzem, superficialmente, alguns conceitos estruturalistas que instrumentalizam, ainda que minimamente, o leitor leigo em lingüística para ler a gramática.

Os autores, como declaram, embora tivessem trabalhado em conjunto, delimitaram a redação dos capítulos. Cunha redigiu os capítulos 1, 4 e 5 a 22 e Cintra, 2 e 3, além de ter realizado o tratamento contrastivo do capítulo 13, verbo. Essa desigualdade explica-se porque, nessa maioria de capítulos, os autores incorporaram os textos de Cunha, de gramáticas anteriores e, sobre eles, fizeram cortes e acréscimos. O exemplário é completamente novo.

As classes de palavras, assim denominadas na gramática, são estudadas morfossintaticamente. O tratamento morfossintático das classes é uma tomada de posição teórico-metodológica que implica não partir, separadamente, da definição da classe e do acréscimo de suas propriedades morfológicas e tratamento sintático. Na NGPC, o ponto de vista estruturalista organiza os capítulos e, metodologicamente, cada classe é tratada por meio dos três critérios formal, funcional e semântico, na ordem que cada classe exigir. Assim, por exemplo, para o verbo, o primeiro critério é o formal e o segundo é o funcional; o semântico, aí, não aparece isoladamente, mas inserido, amalgamado na exploração do funcional, na explicação da função de cada categoria (tempo, modo, aspecto). Já para a preposição, o primeiro critério é o funcional, embora os autores apresentem o formal e o semântico, para o qual desenvolvem significativo estudo, o que não era comum em gramáticas tradicionais. Para os pronomes, os três critérios são combinados, com ênfase para o funcional.

O objeto de estudo está inscrito no título da gramática, é o português contemporâneo, escrito, na sua forma culta, tomado desde o Romantismo, colhido em textos de escritores portugueses, brasileiros e africanos. Embora o foco seja a língua escrita, há alguns comentários marginais sobre usos da língua falada (linguagem coloquial, familiar, vulgar), quando é relevante tratar de valores afetivos e formas idiomáticas e outros. Outras expressões, como

português normal e língua corrente, em referência à língua falada não têm, em geral, caráter depreciativo.

O objetivo dos autores é descrever o português contemporâneo, considerando-se, principalmente, as normas admitidas como padrão em Portugal e no Brasil. Para dar conta de tarefa tão difícil, os autores deixam explícitas as suas posições a respeito dos principais temas sobre os quais operam. Assim, dizem entender que a língua é um

sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. (...) uma língua histórica não é um sistema lingüístico unitário, mas um conjunto de sistemas lingüísticos, isto é, um DIASISTEMA, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e sub-sistemas. (...) uma língua apresenta três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas: 1º) diferenças no espaço geográfico, ou VARIAÇÕES DIATÓPICAS (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais); 2º) diferenças entre as camadas socioculturais, ou VARIAÇÕES DIASTRÁTICAS (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.); 3º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou VARIAÇÕES DIAFÁSICAS (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.). (p. 1-3)

Sobre a variação lingüística, dizem que é inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico e sintático (p. 3). Tratar dos problemas de variação e norma dentro de uma das variedades do português já é tarefa difícil e muito mais é fazê-lo para três variedades continentais. Por isso, os autores tiveram de formular um conceito amplo, mas ao mesmo tempo firme, para cobrir o objetivo de uma gramática tradicional. Sobre norma e padrão, então, disseram:

Todas as variedades lingüísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal lingüístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação. (p. 3)

Nesse quadro, Cunha e Cintra conseguiram inserir o conceito de norma padrão, deixando para cada sociedade, no caso a europeia, a brasileira e a africana, a depender de sua ideologia, a liberdade de escolha na operação com as suas variedades. Isso quer dizer da possibilidade de maior ou menor aceitação, internamente em cada nação, das variações regionais e sociais da língua. Outros autores prevêem, contudo, que a variedade que se apresenta como padrão seja, igualmente, a mais prestigiada, a que impera dentre as demais e a que, enfim, mantém a unidade lingüística entre as três variedades.

No caso da NGPC, não há espaço para dizer que os autores entendem a língua como uma entidade monolítica, como, em geral, ocorre para outros gramáticos e em outras gramáticas. Primeiro, a própria consideração da diversidade das variedades anula essa hipótese, depois, no corpo da gramática, como procuraremos mostrar, há considerações, no que diz respeito à variedade brasileira, de possibilidades lingüísticas não previstas na tradição gramatical. Nem sempre nesses casos há restrições quanto à correção. Esse, inclusive, é um conceito-chave para os autores, que disseram sobre o assunto:

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os lingüistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita. Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio de nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é aceitável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correto. (p. 8)

Trabalharemos aqui exatamente nesse espaço de abertura da tradição, a fim de recuperar a *hiperlíngua* brasileira no corpo do texto gramatical e examinar como ela está considerada: com traços restritivos, desmarcada, avalizada como uso padrão de mesmo valor da tradição.

Como o assunto é extenso, procederemos aqui a um recorte e examinaremos o problema em um capítulo da gramática: o dos pronomes.

3. A PRESENÇA DA *HIPERLÍNGUA* BRASILEIRA NA NGPC

Trabalhar com a *hiperlíngua*, conceito cunhado por Auroux (1997), significa verificar a diferença. No caso, a observação dessa questão na gramática tradicional é relevante porque esse é um *instrumento* voltado para a igualdade, não para a diferença, e, portanto, todos os registros da língua empírica que aí aparecem são por demais freqüentes e significativos. Se o gramático os registrou, têm alta freqüência na língua, incomodam, fazem-se notar.

A dificuldade de compatibilizar a diferença dentro da igualdade é extremamente grande. Embora a língua seja a mesma, no caso das variedades aqui referidas, o discurso é outro, o espaço enunciativo é outro, o que repercute na língua de modo extremamente complexo. Talvez por isso, ao longo desses 180 anos de desenvolvimento do pensamento crítico tenha sido tão difícil interpretar o português do Brasil.⁴ A busca da diferença progride, mas esbarra na idéia da unidade. A defesa inflexível da unidade, porém, é impossível de ser sustentada, porque a língua é heterogênea por natureza. E nesse ponto o paradoxo se estabelece.

Ao longo do tempo, lingüistas e gramáticos revezaram-se na defesa da tese da *unidade* ou da *diversidade* da língua do Brasil. Em 1950, Serafim da Silva Neto propôs a tese da *unidade na diversidade*, mas, para ele, a *unidade* representava apenas o padrão culto, escrito e falado, que, supostamente, existia entre as variedades americana e européia. A diversidade era representada pelo falar do vulgo ignorante. Outros lingüistas incorporaram essa tese, até quando Cunha, desde a década de 1960 (1976, 1977) desmantelou esse *mito* da unidade e afirmou que a diversidade é inerente à língua, e que se manifesta em todas as variedades (cultura, comum, popular) e registros (formais e informais). Disso resulta a existência da unidade na diversidade e da diversidade na unidade.

⁴ Isso se tomamos como ponto de partida da formação do pensamento crítico sobre o português do Brasil o ano de 1825-26, quando o Visconde de Pedra Branca publicou o verbete *Brasileirismos* no *Atlas ethnographique du globe*, de Adrien Balbi.

Houaiss (1985), um dos defensores da unidade sistêmica entre as variedades europeia, americana e africana do português, tentou explicar o paradoxo, afirmando que há estudiosos que, defensores da existência de diferenças incomensuráveis entre as duas variedades, entendem ser legítimo postular uma língua brasileira,⁵ diferente da portuguesa, por centrarem sua atenção na diversidade e esquecerem de considerar a unidade que é, segundo pensa, muito mais representativa. A questão é difícil para todos porque o português do Brasil é, sem dúvida, diferente do de Portugal, mas, ao mesmo tempo que parece outro, parece o mesmo.

Biderman (2001), também, inquieta com o problema, importante a seus estudos para a elaboração de dicionários portugueses, fez detida pesquisa e chegou à seguinte conclusão:

Fiz estudo detalhado dos resultados da pesquisa feita pela Universidade de Lisboa sobre a língua falada para identificar o *Português Fundamental* (PF). Examinei os dados do PF, os arquivos dos inqueritos e concluí que, quanto ao léxico, não são muito grandes e sensíveis os contrastes com a língua falada no Brasil, nível de linguagem onde poderíamos esperar maiores discrepâncias. De fato, o núcleo central do PB identifica-se em grande parte com o PE.

Esse depoimento é importante por dois motivos: primeiro, porque é resultado de uma comparação em que esteve envolvida a *modalidade falada* das duas variedades em que, em tese, a variação deveria ser representativa; segundo, porque se trata do léxico, nível da língua em que as divergências entre o PB e o PE sempre foram salientes e, por isso, apontadas. E esse nível é, realmente, o mais propício à diversidade.

Em linha teórico-metodológica bem diferente da de Biderman, posiciona-se Orlandi, por isso, procuramos ouvi-la. Orlandi (1998, 2001) busca caracterizar historicamente, discursivamente, a *hiperlín-*

⁵ A defesa da “língua brasileira” tem representações históricas diferentes. Desde o século XIX, 1865, José de Alencar e Macedo Soares, por exemplo, seguidos de muitos outros, falam disso por razões diversas. Como esse não é assunto que interessa no momento, deixaremos a questão à margem.

gua brasileira. Para isso, coordenou, juntamente com Barros (2000-2004), o *Projeto História das Idéias Lingüísticas* (HIL), que ofereceu à comunidade expressivos resultados de pesquisa sobre: políticas lingüísticas no Brasil; instrumentos lingüísticos portugueses e brasileiros e documentos lingüísticos. Sobre o fato da diferença, a conclusão de Orlandi é a de que, do ponto de vista discursivo, falamos a língua brasileira, porque temos outra história, diferente da portuguesa, formada por outros discursos, e, do ponto de vista propriamente lingüístico, porque, segundo a autora, embora a língua pareça a mesma, é outra. Apesar de a autora não reconhecer a identidade sistêmica entre as duas variedades, ela existe, e é o que fica claro em seu texto e discurso. Isso é o que podemos verificar nas seguintes passagens:

No caso do português, podemos dizer, então, são distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (lingüísticas), mas *aparentando a mesma materialidade empírica*. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica. (2001, p. 24) (Grifamos)

Nessa perspectiva, então, *falamos decididamente a língua brasileira, pois é isto que atesta a materialidade lingüístico-histórica*. Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades. (2005, p. 30) (Grifamos)

Em síntese, fica claro que a diferença marcante, ou marcada, reside no campo discursivo e é mais um problema de política lingüística de que de língua propriamente dito. Nesse campo, não há como negar falarmos a língua portuguesa.

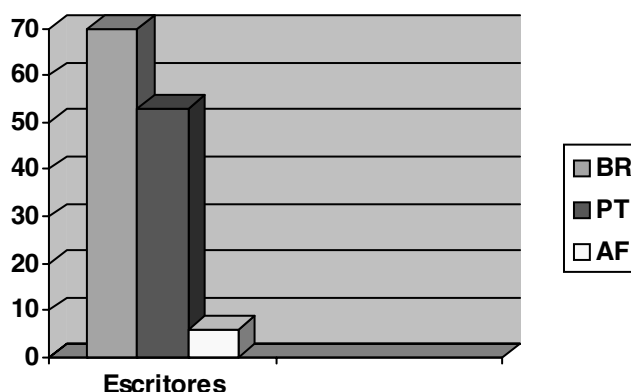
Invertendo o problema somente para exercício de raciocínio, perguntamos: se D. Pedro tivesse, em 1823, quando outorgou a Constituição, decidido pela denominação *língua brasileira*, em vez de *língua portuguesa*, os brasileiros não se perguntariam, já que a língua é a mesma, se não teria havido uma discriminação? Afinal, todos os demais países americanos que têm, como nós, língua transplantada, têm-na com a mesma denominação européia...

Isto posto, procuraremos mostrar alguns casos de consideração dessa diferença lingüística, e também discursiva, na NGPC. Partiremos da verificação do capítulo dos pronomes porque, historicamente, nesse ponto reside o calcanhar de Aquiles do contraste entre o PB e o PE: a colocação pronominal e o uso do *ele* como acusativo.

3.1 A colocação dos pronomes na NGPC

No capítulo 11, os autores estudam os pronomes. Primeiro, vejamos a composição geral do texto. O desenvolvimento da matéria dá-se pela terminologia e teoria tradicionais e, embora dois estudos estruturalistas sejam evocados, a maior parte dos autores citados composta de gramáticos e filólogos.⁶ A maioria dos exemplos citados, todos literários, provém de autores brasileiros, dos dois séculos, XIX e XX. Dentre esses, o mais citado é Machado de Assis. O conjunto de autores do século XX, porém, é expressivo e supera (se somados os totais) a marca dos do século XIX. Como o trunfo dos autores é o estudo das variedades continentais, e a comprovação das regras formuladas para cada caso é a citação de exemplos das três nações, procuramos levantar dados que revelassem a paridade, ou não, entre as citações. O gráfico seguinte representa a situação da distribuição das citações de autores de cada variedade:

⁶ Cintra, Luís Filipe Lindley. *Sobre as formas de "tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972; Camara, J. Mattoso. *Ele como acusativo no português do Brasil*. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972; Dias, Epifânio. *Syntaxe historica portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Clássica, 1933; Huber, Joseph. *Altportugiesisches elementarburch*. Heidelberg, Carl Winter, 1933; Silveira, Sousa. *Trechos seletos*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1938; Barreto, Mário. *Novísimos estudos da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924; Aguiar, Martinz. *Notas de português de Filinto a Odorico*. Rio de Janeiro: Simões, 1955; Oliveira, Maria Manuela Moreno de. *Processos de intensificação no português contemporâneo*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1962; Lopes Neto, Simões. *Contos gauchescos*. Edição de Aurélio Buarque de Holanda. 5. ed. Porto Alegre, Globo, 1957.



Os escritores africanos não são igualmente citados, nem nesse nem em outros capítulos. Também, a inserção da variedade africana é rara.⁷ A citação de autores portugueses e brasileiros é equilibrada em todos os capítulos, às vezes com predominância dos brasileiros, como nesse caso, e, outras, dos portugueses.

Os pronomes são especialmente importantes na língua porque é a categoria pela qual o sujeito se enuncia, dirige-se à segunda pessoa do discurso e refere-se à terceira, que não faz parte imediata da cadeia discursiva. É o espaço gramatical da categoria discursiva de pessoa. Tem toda pertinência, então, verificar como, ou se, a gramática tradicional de que ora nos ocupamos abre espaço e respeita nesse âmbito a maneira de o brasileiro “dizer-se” e de referir-se ao “outro”.

Nosso objetivo não é o de examinar a conceituação da categoria de pronomes, mas, apenas, investigar a presença do “jeito brasileiro de falar”, a *hiperlíngua*, para verificar em que nível a NGPC o incorpora, ou não. Mas, para comentar os fatos, teremos de nos reportar um pouco às conceituações.

Os autores, depois de explorar a função dos pronomes na frase, avançam sobre o lado semântico. Dentro da terminologia tra-

⁷ Nesse capítulo há uma referência a essa variedade, como veremos mais adiante.

dicional, trabalham o tema sob o ponto de vista estruturalista-discursivo (Benveniste).⁸ Por isso, desapareceu a correspondência singular/plural das três formas pessoais retas. As características dos pronomes apresentadas são discursivas, assim descritas por denotarem as três pessoas do discurso e por indicarem: *quem fala* = 1ª pessoa do singular (eu) e 1ª pessoa do plural (nós); *com quem se fala* = 2ª pessoa do singular (tu) e 2ª pessoa do plural (vós); *de quem se fala* = 3ª pessoa do singular (ele) e 3ª pessoa do plural (eles). Além disso, a faculdade textual anafórica dos pronomes é também descrita: “por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa.”. Os autores registram, ainda, uma terceira característica: a variação de *forma* que o pronome sofre, a depender da função que exerce na frase e da acentuação que nela recebe. Há, ainda, uma observação sobre o fato de os pronomes de tratamento também representarem as pessoas. Esses são os pontos que implicam as diferenças de uso nas três modalidades.

O primeiro registro, por ordem de apresentação do assunto, aparece no item “equivocos e incorreções” e diz respeito ao uso do *ele* como objeto.⁹ Dizem os autores:

4. Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito freqüente o uso do pronome ele(s), ela(s) como objeto direto em frases do tipo:

Vi *ele*. Encontrei *ela*.

Embora essa construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XII e XIV, *deve ser hoje evitada*. (O itálico é nosso) (p. 281)

Essa descrição é bem tradicional e, também, contraditória. A qualificação do uso em tom marcadamente depreciativo, *vulgar*, está aliado ao outro adjetivo que, não necessariamente, tem essa marca, *familiar*, pois nem tudo que é familiar é vulgar e nem tudo o que é

⁸ Esse tratamento do assunto já constava da *Gramática do português contemporâneo*, de 1972.

⁹ Subcapítulo existente na *Gramática contemporânea* (1971).

vulgar é familiar. Além disso, o significado da palavra, registrado em dicionários, não tem esse tom. Vejamos a acepção que lhe dá Houaiss, no sentido lingüístico, e veremos que não há marca negativa:

Rubrica: lingüística: que se dá na situação de maior informalidade, em casa e na presença dos familiares mais próximos, onde a preocupação com a correção e o julgamento alheio é mínima, e com uso freqüente de formas expressivas [aumentativos, diminutivos, hipocorísticos, gírias etc.] (diz-se de variante lingüística, palavra, estilo, linguagem, construção etc.)

Também, a recomendação expressa na locução “deve ser evitada” combina com o contexto geral de gramática tradicional, mas não com a proposta dos autores de registrar variedades. Essa é, pois, uma incoerência da gramática.

A descrição das formas de tratamento *tu* e *você*, *o senhor* e *a senhora* registra suas diferenças de uso, em Portugal e no Brasil, sem recomendações de certo/errado. O *tu*, em Portugal como forma de intimidade. O *você*, no Brasil, como forma de intimidade, com a observação que em certas regiões, como a Sul e alguns pontos da Norte, pratica-se o *tuteamento*, embora, como afirmam, isso não esteja bem delimitado. Os autores também registram que o *você* é possível de ser empregado no Brasil numa situação discursiva assimétrica em que o inferior fala com o superior, tratando-o por *você*, o que embora tenha alguma prática, recente, em Portugal não é ainda aceito. As formas *o senhor / a senhora* e *a senhorita* (Brasil) / *a menina* (Portugal) têm, aqui e lá, o mesmo valor: são formas de respeito e cortesia. Os autores diferenciam os casos de uso, no Brasil e em Portugal, das formas *o senhor / a senhora* acompanhados do nome do cargo e, também, do nome próprio do designado (o senhor doutor Fulano de tal), sobre isso dizem que no Brasil essas são “formas inusitadas” e, ainda, que somente nos casos de patentes e altos cargos o título aparece (O tenente Riobaldo, o Presidente Macunaíma)

O título *Dom* não tem emprego nem em Portugal nem no Brasil, embora o feminino seja correntemente empregado para senhoras de qualquer classe social. Mas os autores fazem uma observação

de rodapé sobre o fato de, em Portugal, esse tratamento ser omitido, “ainda, por vezes, com nomes de senhoras de classes sociais mais humildes”.

Também como observações, os autores tratam de certas funções sintáticas das formas *você* e *o, a senhor(a)*: 1. *você/ o senhor* são empregadas normalmente nas funções de sujeito e agente da passiva; 2. *você* (no Brasil) e *senhor* (Portugal e Brasil) exercem também as funções de objeto (direto e indireto), substituindo com frequência as formas átonas *o, a* e *lhe*; 3. a palavra *senhor*, no Brasil e em Portugal, quando anteposta a um nome próprio assume a forma *seu*.

Importante é registrar que os autores trazem para o corpo da gramática (não em forma de observação) o fato do uso de *a gente* em substituição ao pronome *nós*. Assim, dizem:¹⁰

FÓRMULAS DE REPRESENTAÇÃO DA 1ª PESSOA

No *colóquio normal* emprega-se *a gente* por *nós*, e, também, por *eu*: (p. 288)

Houve um momento entre nós
Em que *a gente* não falou. (F. Pessoa, QGP, nº 270)

– *Não culpes mais o Barbaças, compadre!* *A gente* só queria gastar um bocadito de dinheiro. (F. Namora, TJ, 165.)

– Você não calcula o que é *a gente* ser perseguida pelos homens. Todos me olham como se quisessem devorar-me. (C. dos Anjos, DR, 41)

Nesse caso, pela expressão *no colóquio normal* os autores assumem que na língua corrente, no Brasil e em Portugal,¹¹ já que não há restrição, a forma *a gente* já faz parte da norma da língua falada em qualquer registro, está gramatizada. A expressão *colóquio normal* é

¹⁰ Esse mesmo texto encontra-se na *Gramática portuguesa* (1971), o autor trocou as expressões “na língua coloquial” de edição anterior por “no colóquio normal” dessa que examinamos. Os exemplos são outros.

¹¹ Observe-se que os gramáticos citaram dois autores portugueses e um brasileiro.

Filol. lingüíst. port., n. 8, p. 23-50, 2006.

vaga, mas, por comparação e contraste com outras expressões empregadas na gramática, quando os gramáticos são mais restritivos (linguagem familiar, vulgar), pode-se compreender que nesse caso a referência seja para registros cultos, conversas entre amigos, palestras, conferências, debates, entrevistas, etc.

Sobre o emprego das formas tônicas dos pronomes, os autores registram o uso tão conhecido no Brasil em que o pronome oblíquo se coloca na função de sujeito de um verbo na forma infinitiva. Dizem:

Observação:¹²

Do cruzamento das duas construções perfeitamente corretas:

Isto não é trabalho **para eu fazer**

Isto não é trabalho **para mim,**

surgiu uma terceira:

Isto não é trabalho **para mim fazer,**

em que o sujeito do verbo no infinitivo assume a forma oblíqua.

A construção parece desconhecida em Portugal, mas **no Brasil ela é muito generalizada na língua familiar**, apesar do sistemático combate que lhe movem os gramáticos e os professores do idioma. (p. 290) (Sublinhamos)

O registro desse uso, que aparece como uma observação ao emprego dos pronomes oblíquos, é importante como anotação de um fato de língua, já que os autores reconhecem a adoção do uso na sociedade brasileira, embora seja, ainda uma forma marcada pela restrição “linguagem familiar” que, como comentamos, tem menor abrangência que “colóquio normal” e, por isso, não é admitida em gêneros de caráter público, próprios da norma culta. Para apresen-

¹² Nesse caso, o texto da *Gramática portuguesa* (1971) foi completamente alterado. O que mostra a mudança de atitude do autor (Celso Cunha e com a concordância de Lindley Cintra). No texto de 1971, o autor dizia: “Compre evitar-se uma incorreção muito generalizada, que consiste em dar forma oblíqua ao sujeito do verbo infinitivo.”

tarem a restrição ao uso, Cunha e Cintra preferem utilizar uma estratégia discursiva, a embreagem, que os afasta da responsabilidade da negação do emprego, quando dizem “apesar do sistemático combate que lhe movem os gramáticos e os professores de língua”, o que parece menos agressivo que o “não se deve usar”, estratégia que, ainda, os isenta da proibição direta do uso, mas o pressuposto da proibição proibição em gêneros discursivos em que se exige a prática da norma culta é claro. Quanto à combinação e contração dos pronomes átonos, os autores negam, de certo modo, o uso comum de algumas formas no Brasil:

Observações:

1.^a As combinações lho, lha (equivalentes a lhes + o, lhes + a) e lhos, lhas equivalentes a lhes + os, lhes + as) encontram sua explicação no fato de que na língua antiga a forma lhe (sem o -s) ser empregada tanto para o singular como para o plural. Originariamente eram, pois, contrações em tudo normais.

2.^a *no Brasil, quase não se usam as combinações mo, to, no-lo, vo-lo, etc. Da língua corrente estão de todo banidas e, mesmo na linguagem literária, só aparecem geralmente em escritores um tanto artificiais.* (p. 300) (Grifo do autor)

Mesmo assim, a negação é titubeante, no “quase”, depois na afirmação de que não se realizam tais combinações na linguagem corrente e literária.

De maior importância nesse capítulo é o fato de os autores reservarem um subcapítulo, com o mesmo *status* dos demais, para a colocação dos pronomes átonos no Brasil. Pelo que fica entendido, a colocação brasileira, finalmente, está, também pela gramática, regulamentada. Vejamos o texto na íntegra:

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS NO BRASIL

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Filol. lingüíst. port., n. 8, p. 23-50, 2006.

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

- a) a possibilidade de iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*:

– **Me desculpe** se falei demais. (É. Veríssimo, A, II, 487)

Me arrepio todo... (Luandino Vieira, NM, 138)

- b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas principiadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação:

– Se Vossa Reverendíssima **me** permite, **eu me sento** na rede. (J. Montello, TSL, 176)

O usineiro nos entregava o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e São Paulo. (J. Lins do Rego, U, 251)

– A sua prima Júlia, do Golungo, **lhe mandou** um cacho de bananas. (Luandino Vieira, NM, 54)

- c) próclise ao verbo principal nas locuções verbais:

Será que o pai **não ia se dar** ao respeito? (Autran Dourado, SA, 68)

– Não, não sabes e **não posso te dizer** mais, já que não me ouves. (Luandino Vieira, NM, 46)

Outro teria **se metido** no meio do povo, teria terminado com aquela miséria, sem sangue. (J. Lins do Rego, U, 222)

Tudo ia **se escurecendo**. (J. Lins do Rego, U, 338)

(O sublinhado é nosso)

Justificando essa última colocação, escreve Martinz de Aguiar:

“Numa frase como *ele vem-me ver*, geral em Portugal, literária no Brasil, o fator lógico deslocou o pronome *me* do verbo *vem*, para adjudicá-lo ao verbo *ver*, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo e, não, do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer *vem-me ver* (fator histórico por ser mera continuação do esquema geral português), para dizer *vem me-ver*, que, também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). Esta colocação de tal maneira se estabilizou, que pouco se diz *vem ver-me* e trouxe conseqüências imprevistas:

1ª) Pôde-se juntar o pronome ao particípio procliticamente: Aqueles *havam se-corrompido*.

2ª) Pôde-se pôr o pronome depois dos futuros (do presente e do passado): *Poderá se-reduzir, poderia se-reduzir*. Deixando de ligar-se aos futuros, para unir-se ao infinitivo, deixou igualmente de interpor-se aos elementos constitutivos.

3ª) Em frases como *vamo-nos encontrar*, deixando o pronome de pospor-se à forma verbal pura, para antepor-se à nominal, deixou igualmente de determinar a dissimilação das sílabas parafônicas, podendo-se então dizer *vamos nos-encontrar*.” (p. 308)

O texto não traz nenhuma restrição às regras de colocação pronominal no Brasil, o que significa estar o fenômeno “gramatizado”. A frase dos autores, “principalmente no colóquio normal”, cria uma abertura bem ampla para subentendidos, porque logo inferimos que em outros registros, exceto os do colóquio normal, as regras de colocação são admitidas. E, como é lógico, o permitido do subentendido opera no campo do que é hierarquicamente superior ao do posto, ou seja, em registros superiores ao do “colóquio normal”, o que, inclusive, pode abranger outra modalidade lingüística. O conhecimento da realidade, contudo não deixa dúvida: o tema está longe de encontrar consenso de uso. Na linguagem padrão não-literária – por exemplo, jornalística, científica, acadêmica, administrativa etc. –, pelo menos, a regra da próclise absoluta ainda não foi aceita definitivamente. As demais têm vigência plena e, se não são seguidas, o que acontece em casos cada vez mais raros, é por opção consciente do escritor.

De qualquer modo, é fato que os autores não titubearam diante da questão, não a deixaram para decisão de “outros”, nem para os gramáticos nem para os falantes, e, apesar de usarem, ainda, o dis-

curso de Martinz de Aguiar como apoio, não significa que se restringiram às regras que esse autor havia dado, pois Cunha e Cintra redigiram suas regras para o problema (*a, b e c*).

Um exame em gramáticas anteriores de Cunha mostra que o autor já havia pensado na incorporação da colocação brasileira no texto da gramática, mas, na década de 1970, quando foi publicada a primeira edição da *Gramática do português contemporâneo* (1970) e de sua compilação *Gramática moderna* (1971) e, também, da *Gramática da língua portuguesa*, MEC/FENAME (1971), não havia abertura para isso. De qualquer modo, o texto que expõe, quatorze anos antes da publicação da NGPC, nessa última gramática, como conclusão do capítulo dos pronomes, é quase um manifesto em favor da regulamentação da colocação brasileira dos pronomes, como veremos a seguir:

A colocação de pronomes átonos no Brasil difere apreciavelmente da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Em Portugal, esses pronomes se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e enurdecimento de sua vogal. Já no Brasil, embora os chamemos **átonos**, são eles, em verdade, **semitônicos**. E essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entoação e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica, etc.), possibilita-lhes uma grande variabilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu.

Infelizmente, certos gramáticos nossos, esquecidos de que esta variabilidade posicional, em tudo legítima, representa uma inestimável riqueza idiomática, preconizam, no particular, a obediência cega às atuais normas portuguesas, sendo mesmo inflexíveis no exigirem o cumprimento de algumas delas, que violentam duramente a realidade lingüística brasileira.

Dentre essas regras arbitrárias e dogmáticas, a mais conhecida (e, também, a mais infringida no falar normal do Brasil) é a que nos obriga a não começar *frases com pronomes átonos*.

Com relação à condenada próclise de pronome átono ao verbo principal de locuções verbais, convém meditar nestas agudas observações do professor Martinz de Aguiar: (...)

A citação a Martinz Aguiar apresentada nesse texto de 1971 foi repetida no de 1985.¹³

A questão da colocação pronominal é um dos casos, quase raros, de referência à norma africana e, como a fonética do português africano é mais parecida com a do europeu que a do brasileiro, essa afirmativa soa um pouco estranha. De qualquer modo, é assunto a ser investigado.

Sobre o problema da colocação dos pronomes, Bechara (1999) embora com uma gramática mais recente, não avançou na questão como Cunha e Cintra, pois repetiu a mesma opinião que expusera nas versões anteriores de seu texto. Esse autor, calcado na lição de Said Ali, explica a questão, mas não ultrapassa esse limite, embora reconheça que o falar brasileiro não seja inferior ao português por causa da colocação pronominal. Aliás, deixa claro no texto que o problema está “resolvido” pela via da fonética sintática, mas repete a restrição tradicional. Assim, diz Bechara:

A Gramática alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia. É urgente afastar a idéia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam, porque:

“a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com o falar dos portugueses.”

A primeira regra que ele apresenta, dentro dos limites do que entendeu ponderável, do que julgou “sem exagero”, quando dialoga com gramáticos antigos que já redigiram livros inteiros sobre o assunto, é: “Não se inicia período por pronome átono”. Celso Cunha e Lindley Cintra não foram ouvidos... ou lidos.

¹³ A citação em questão é a que encerra o item “c) próclise ao verbo principal nas locuções adverbiais”, acima reproduzido na íntegra.

COMENTÁRIOS FINAIS

A investigação mostrou que a gramática tradicional registra, mesmo, alguns traços da *hiperlíngua* brasileira. O forte da NGPC é o contraste do português europeu com o brasileiro, já que o africano aparece apenas marginalmente. Também a exemplificação não tem paridade entre as três variedades, fica, assim, a africana em prejuízo.

O trabalho dos autores, embora excelente, porque renovador do modelo tradicional, apresenta ainda falhas que se devem, talvez, ao aproveitamento maciço de textos de gramáticas anteriores. Em alguns casos, faltou calibrar o texto na medida da nova proposta: a de operar no âmbito das variedades geográficas e, conseqüentemente, sociais.

A questão da colocação dos pronomes no Brasil, desde o período de constituição do pensamento crítico é controversa. Talvez por ser a questão gramatical de maior relevo e visibilidade, ganhou contornos políticos, foi símbolo de nacionalismo e tornou-se fundamental à construção da identidade da língua praticada no Brasil. Lingüísticamente falando, é um fenômeno como qualquer outro e assim deve ser analisado. Por enquanto, há variação de uso quanto à próclise absoluta, a depender da modalidade, e, em certos casos, especiais, do registro. Segundo pensamos, para se chegar à melhor conclusão sobre o tema, seria imprescindível uma pesquisa que se voltasse à linguagem técnica, científica, acadêmica e jornalística mais recentes, para se verificar o problema da próclise absoluta na escrita.

BIBLIOGRAFIA

AUROUX, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramática*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp.

_____. (1994). *A hiperlíngua e a externalidade da referência*. *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp.

_____. (1998). *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF.

LEITE, Marli Quadros. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*: tradição e modernidade.

BIDERMAN, Maria Teresa (2001). O português brasileiro e o português europeu: identidades e contrastes. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*. Fasc. 3, n. 70, p. 963-975.

CUNHA, Celso. (1976). *Uma política do idioma*. 4. ed. ataul. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1977). *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1981). *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CASSIN, Barbara (Dir.) (2004). *Vocabulaire européen des philosophes*. Paris: Seuil/Le Robert.

HOUAISS, Antônio (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.

LEITE, M. Q. (2000). A influência da língua falada na norma prescritiva. In: PRETI, D. (Org.) *Fala e Escrita*. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 129-155

_____. (2007). *O nascimento da gramática portuguesa – uso e norma*. São Paulo: Humanitas/Paulistana. (no prelo).

ORLANDI, Eni (1998). La formation d'un espace de production linguistique. La grammaire du Brésil. *Langages – L'hyperlangage brésilienne*, n. 130, juin, p. 8-27.

_____. (2001). *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez.

_____. (2005). *A língua brasileira*. *Línguas do Brasil*, ano 57, n. 2, abr./maio, jun.

FONTES

BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lucerna.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (1971). *Gramática moderna*. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.

_____. *Gramática da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME.

ABSTRACT: In this paper we analyze the 'Nova gramática do Português Contemporâneo' (New Grammar of Contemporary Portuguese), written by Celso Cunha and Lindley Cintra (1985). We start from the presupposition that traditional grammar is, from the cultural and historical point of view, an important *linguistic tool* (Auroux, 1998) for society. Our goal is to show that traditional grammar also displays the historical aspects of the language, including data of the linguistic reality (*hyperlanguage*). This is a paper in linguistic historiography and intends to examine a content that, in this case, is the register of aspects of the Brazilian variety of Portuguese as a linguistic tool.

KEYWORDS: Traditional Grammar; Hyperlanguage; Linguistic instruments; Brazilian Portuguese.